

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.271.499 - SP (2018/0073751-4)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : PROVECTO PLANEJAMENTO DE INTERIORES LTDA  
**ADVOGADO** : RODRIGO SILVA ALMEIDA E OUTRO(S) - SP269737  
**AGRAVADO** : SANDY - EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA  
**ADVOGADO** : SÉRGIO ELPÍDIO ASTOLPHO - SP157049

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1022 DO CPC/15. NÃO OCORRÊNCIA. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA À LEI. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado quando suficiente para a manutenção de suas conclusões impede a apreciação do recurso especial.
5. Aferir qual meio menos gravoso ao executado e correção dos cálculos ofertados, exige o reexame de fatos e provas, procedimento que é vedado pela Súmula 7/STJ.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por PROVECTO PLANEJAMENTO DE INTERIORES LTDA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Agravo de instrumento:** interposto pela agravante contra decisão, proferida nos autos de ação de cobrança, em fase de cumprimento de sentença, que deferiu pedido de incidência da correção monetária sobre o valor nominal da carta

de fiança.

**Acórdão:** negou provimento ao recurso interposto pela recorrente.

**Embargos de Declaração:** opostos pela agravante, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 489, 508, 805 e 1022 do CPC/15; e art. 6º da Lei 4.657/42. Além da negativa de prestação jurisdicional, sustenta: *i*) ofensa à coisa julgada; *ii*) ao se negar o recálculo da dívida por um valor já creditado, permitiu-se a execução de forma mais gravosa ao devedor.

### **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

#### ***- Da violação dos arts. 489 e 1022 do CPC/15***

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 1022 do CPC quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no REsp 1.469.906/MG, 3ª Turma, DJe de 16/02/2018; AgInt no AREsp 808.418/SP, 4ª Turma, DJe de 13/12/2017.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente sobre as questões aventadas, de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante de fato não comportavam acolhimento.

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 489 e 1022 do CPC.

#### ***- Da ausência de prequestionamento***

O acórdão recorrido não decidiu acerca de suposta violação do art. 6ª da Lei 4.657/42, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível.

Aplica-se, nesse caso, a Súmula 211/STJ.

**- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pela parte agravante não demonstram como o acórdão recorrido teria violado os arts. 508 e 805 do CPC. A deficiência na fundamentação impede a perfeita compreensão da controvérsia, o que enseja o não conhecimento do recurso, nos termos da Súmula 284, do STF.

**- Da existência de fundamento não impugnado**

O TJ/SP assim se manifestou para o deslinde da controvérsia:

Muito embora alegue a agravante que o termo inicial da atualização do montante correspondente à carta fiança deve se dar a partir da data da sua emissão e oferta em juízo, ocorrida em 3/ 10/ 07, razão não lhe socorre, pois, embora tenha sido emitida e ofertada em 2007, não estava à disposição da credora, havendo, inclusive, pedidos para a desconstituição da carta, substituindo-a por outra garantia, a de um imóvel (fls. 1.777).

Cumpre ressaltar que a carta fiança para garantia do juízo não se confunde com pagamento efetivo ao credor. Tal garantia apenas significou que havia um valor garantido por um fiador para ser colocado à disposição do Juízo posteriormente, em sede de cumprimento de sentença, a fim de tornar viável a realização do pagamento, com a efetiva entrega do dinheiro à parte credora.

Sendo assim, a emissão da carta fiança, bem como sua oferta ao juízo, por si só, não tem o condão de liberar a agravante de sua obrigação, pois lhe faltava o necessário caráter liberatório, não podendo ser equiparada ao depósito realizado para pagamento efetivo do credor. (fls. 3838/3839, e-STJ)

(...)

E não há como entender ferido o princípio do favor debitoris, consoante o disposto no art. 620 do CPC/ 2015, uma vez que não houve recusa de pagamento feito por meio menos gravoso pelo devedor, mas somente a não admissão da carta fiança como pagamento, decisão esta que já foi fundamentada e embasada pelo V. Acórdão. (fl. 3.864, e-STJ)

Como tais fundamentos não foram impugnados, deve-se manter o acórdão recorrido. Aplica-se, neste caso, a Súmula 283/STF.

**- Do reexame de fatos e provas**

Ademais, aferir qual meio menos gravoso ao executado e correção dos cálculos ofertados, exige o reexame de fatos e provas, procedimento que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, “a”, do CPC/15, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Alerto que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1021, §4º e 1026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

Ministra NANCY ANDRIGHI  
Relatora